

RESENHA BIBLIOGRÁFICA
O HOMEM E SEUS HORIZONTES, MIGUEL REALE,
Editora Convívio, São Paulo, 1980, 209 p.

Renato Alberto T. Di Dio

Sob título englobante e sugestivo — “O Homem e seus Horizontes” —, Miguel Reale acaba de enriquecer o acervo intelectual pátrio com uma coletânea de ensaios em que são oferecidas “diversas perspectivas sobre o tema nuclear da correlação necessária entre o problema do homem e da cultura”. Ao mesmo tempo em que são analisadas as “intencionalidades objetivadas” pelo homem ao longo do processo histórico, são delineados ou entrevistados seus horizontes, concebidos não só como possibilidades positivas de projeção de seu espírito mas também como limites que se afastam “à medida que o viajor avança”.

Um escritor a que faltasse uma visão coerente do homem e do mundo poderia quem sabe perder-se em considerações estanques e fragmentárias, mesmo quando se concentrasse num único tema. De outro lado, uma cabeça bem formada, ainda que trate de assuntos diferentes, produzirá trabalho consistente e estruturado. É o que ocorre com o Autor que, ainda uma vez, realiza nesta obra o ideal clássico da unidade na variedade. E o faz de forma espontânea e natural, porque é próprio das mentes privilegiadas estabelecer liames entre fatos que, à primeira vista, possam parecer independentes ou isolados.

1. O livro divide-se em três partes. Na primeira, são enfocados “Problemas Universais”, tais como os do indivíduo, da sociedade, da cultura, do horizonte metafísico e da liberdade como participação.

As dimensões do processo cultural é aplicado o esquema da “Teoria Tridimensional”, segundo a qual toda experiência histórico-social é uma *forma* resultante da correlação tensional entre *fatos* e *valores*. Daí a possibilidade de se discriminarem três espécies de estudos: 1) o dos elementos *fatuais* que condicionam a ação humana, representando o embasamento natural que, a um só tempo, possibilita e circunscreve nosso poder de agir; 2) o dos *valores* e *fins* que se concretizam em bens historicamente constituídos; 3) o das *formas* que os referidos bens assumem no decurso da história, quer como estrutura física, quer como estrutura normativa.

Tais aspectos, mesmo porque facetas de uma única realidade, não são

separados, eis que todo fenômeno cultural é, de maneira unitária e complementar, sempre "fático-axiológico-estrutural".

Quanto mais avançamos no exame de determinado campo de atividade, teórica ou prática, tanto mais vamos descobrindo conexões entre os múltiplos domínios das ciências, das artes e das técnicas, motivo pelo qual o princípio da interdisciplinaridade vem ganhando profundo significado na atual Teoria do Conhecimento ou da Ontognoseologia.

A projeção universal da cultura, em todos os quadrantes da existência humana, revela um permanente sentido de complementaridade. Daí porque interdisciplinaridade e complementaridade são, por assim dizer, os parâmetros que governam o universo da cultura.

Abandonando-se o caráter estratificado e estático da cultura para que, em seu lugar, seja salientada sua natureza dinâmica e integrante, a vida cultural — explica Reale — desenrola-se segundo "momentos" de um processo cuja natureza é melhor compreendida mediante a dialética da complementaridade, segundo a qual as realizações humanas correspondem a sínteses abertas que nunca se encerram numa absoluta identidade de contrários ou de contraditórios.

Uma de suas idéias recorrentes — porque uma das chaves-mestras de que lança mão na tentativa de decifração dos problemas que analisa — é, com efeito, a complementaridade das opções, numa unidade diversificada e dinâmica. Refuta, por isso, o eminente filósofo as dicotomias mutuamente excludentes e as antinomias insuperáveis para instaurar, em seu lugar, a dialética da complementaridade, que se acha presente, por exemplo, na tensão entre dimensão pessoal e dimensão cultural (pág. 50), filosofia e ciências (pág. 57), abstração e concreção (pág. 71), liberdade e igualdade (pág. 94), ensino humanístico e ensino científico (pág. 164) e educação especial e educação geral (pág. 200).

A exigência de interdisciplinaridade nasce de um sentimento de finitude ou de implenitude que cada pesquisador tem de seu próprio saber e operar; e, ao mesmo tempo, do sentimento complementar de que cada posição particular tem algo em comum com o saber e o fazer dos demais.

Uma das passagens mais elucidativas do pensador reside na afirmação de que o filósofo crítico "alberga um sentimento de finitude e ao mesmo tempo, de *desconfiança* no concernente à sua capacidade perquiridora". "Quando falo em *finitude* não me move qualquer sentimento de desconsolo ou de

angústia perante a infinitude do real” – esclarece o Autor. “Trata-se de uma tranquila e objetiva constatação racional dos limites da experiência possível”. E mais adiante: “Quando me refiro à *suspiciência* não desejo senão me referir à atitude dubitativa que atua como fermento em qualquer pesquisa que de antemão não se prefixe soluções privilegiadas”.

A posição de Reale, portanto, longe de ser negativista ou cética, revela uma consciência equilibrada das potencialidades e das limitações do homem.

2. A segunda parte, uma vez esclarecidas as questões de natureza universal, encerra um conjunto de ensaios em que é examinada a maneira pela qual o universal se singulariza no “domínio circunstancial da experiência de cada povo”.

Sob o título “Problemas Nacionais” são enfileirados estudos sobre “Os Horizontes da Cultura Brasileira”, “A Filosofia na Cultura Brasileira”, “O Sentido de nossa Cultura Política” e o “Duplo do Estado”.

Mostra-nos o autor que nossa deficiência de “senso histórico”, imanente às nossas próprias circunstâncias, pode levar-nos a duas atitudes filosóficas antitéticas: uma absurda “autoctonia” nacional contraposta a um não menos absurdo “universalismo filosófico abstrato”. “Entre esses dois extremos, impõe-se a opção por uma atitude realista, a única compatível com a unidade plural do mundo contemporâneo, onde o local, o nacional e o universal podem e devem se compor, numa reformulação fecunda da idéia de “universal concreto” (p. 117).

E acrescenta que “as contribuições brasileiras à cultura universal só podem ser possíveis se soubermos converter em legado próprio, inserido em nosso espontâneo ser histórico, o precioso acervo europeu e norte-americano de informação e de formação metódicas elaboradas no mais rigoroso espírito crítico. As originalidades sobrevirão como consequência da auto-consciência de nossos problemas, de nossa própria maturidade cultural, como os frutos despontam naturalmente a seu tempo e a sua hora” (p. 118).

Ao cuidar do “sentido de nossa cultura política”, Reale observa que o “Brasil independente não surgiu *ex novo*, como uma nação que se desprendia de sua matrizes”, mas guarda, ao contrário, forte linha de continuidade histórica com as fontes originárias. E frisa “a inclinação muito nossa de resolver os grandes problemas sem conflitos radicais”. Refere-se às peculiaridades de nossa evolução política, tais como o poder moderador no império, o centripetismo do poder nacional e a dispersão econômica e cultural de uma sociedade de acentuado pluralismo.

Encerrando a segunda parte, é focalizada a noção do *duplo* do Estado. O que existe hoje em dia, na maioria dos países democráticos, é um estado duplo: (1) um estado organizado segundo antigos moldes, com seus escalões nem sempre resultantes de rigorosa seleção técnica; e (2) um estado mais plástico e dinâmico, como que um arquipélago de "ilhas técnico-administrativas", com pessoal especializado, retribuído e tratado segundo as bases salariais vigentes no mercado empresarial.

3. A terceira parte, dedicada à "Educação e Cultura", versa sobre "Humanismo e Ciência na Universidade", "Universidade e Pluralismo Cultural", "Educação Especial" e "A Filosofia da Educação e a Dinamização da Escola no Brasil".

A grande crise do ensino no Brasil — observa Reale — reside sobretudo no ensino secundário, na falta de verdadeiros colégios e liceus que obedeçam a uma ordenação unitária de objetivos científicos e humanísticos (p. 168).

"Estou longe de dar meus aplausos à idéia de uma *escola profissionalizante*, na qual o ensino profissional é acrescentado ao ensino comum, de forma apendicular, como algo que permanece extrínseco ao modo de conhecer e de fazer da criança ou do adolescente. É antes numa atividade concreta que se devem desenvolver as preocupações teórico-práticas, de tal sorte que se complementem e se dinamizem o pensamento e a ação, a idealidade e a manualidade do empenho educacional" (p. 206).

E adverte, com razão, que a plena consciência do que a escola deve representar no contexto da civilização pátria poderá corrigir os perniciosos erros que se notam na esfera municipal, afastando as prefeituras de fátuos propósitos de ostentação, com desvio de verbas do ensino de primeiro grau para criar e manter precárias casas de ensino superior.

A propósito da educação de terceiro grau, merecem ser citadas algumas observações de alta relevância no sentido de que: não se deve confundir Universidade democrática com Universidade anárquica ou massificada; há que preservar um ordenamento hierárquico, fundado no livre e aberto aprimoramento da inteligência e da sensibilidade, o que pressupõe amor à "solidão criadora", ao recolhimento, ao ato de análise e perquirição objetiva; é mister cultivar o espírito teórico, no qual e pelo qual a liberdade do espírito se afirma, tendo como corolário a liberdade acadêmica, à cuja luz não se repudia qualquer corrente de pensamento; se impõe a rejeição de qualquer plano tendente a converter a Universidade em mero instrumento de um sistema de idéias definitivas e

intocáveis; a cultura democrática precisa basear-se na capacidade de se chegar a mútuo entendimento, ainda que esposando-se doutrinas divergentes; todos têm o direito-dever de participar de "um diálogo que somente será autenticamente filosófico se não visar à proclamação de vencedores e vencidos" (p. 188).

Para finalizar, é desnecessário dizer que a variedade dos assuntos tratados e a riqueza das considerações tecidas a respeito de questões filosóficas, históricas, políticas, pedagógicas, tornam impossível uma síntese da obra, que, para ser fielmente resumida, deveria ser reproduzida em sua quase totalidade.

O filósofo autêntico — mormente como o concebe o autor, objetivando suas intencionalidades no contexto cultural em que se acha inserido — é o porta-voz do que o homem comum sente ou pressente sem saber verbalizar. Sob esse aspecto, diríamos que a poesia e a filosofia se aproximam na medida em que ambas trazem à tona, decifrando-o, o fundo da consciência coletiva.

Miguel Reale, ao longo de seus ensaios, consegue, com rara felicidade, interpretar nossa realidade, equacionar nossos problemas e sugerir aquelas que parecem ser as soluções mais adequadas.